

## ENTREVISTA COM HANDERSON JOSEPH<sup>1</sup>

**Revista Todavia:** Apresentar-se e falar de sua trajetória acadêmica e profissional.

**Handerson Joseph:** A minha trajetória de vida pessoal e acadêmica se funde com a mobilidade. Para além da mobilidade ser central nas pesquisas que desenvolvo, ela é também constitutiva da minha vida. Nasci em Porto Príncipe, no Haiti. Depois de ter concluído o Segundo Grau, no mês seguinte fui morar e estudar na República Dominicana. Em 2004, residi um ano em Honduras e, em fevereiro de 2005, cheguei ao Brasil para realizar estudos de graduação na Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

Na Graduação, consciente das relações etnicorraciais no Brasil e no Caribe, eu e alguns colegas e o professor Uruguay Cortazzo fundamos um grupo de pesquisa para discutir a questão racial. Era chamado SANGOMA, tinha por objetivo pesquisar e difundir a cultura africana, afro-brasileira e afro-caribenha. A partir do grupo, fundamos uma biblioteca

---

<sup>1</sup> A entrevista foi entregue para publicação no dia 11 de julho de 2022. Segundo a Plataforma Lattes, “Handerson Joseph é Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com Doutorado Sanduíche pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e pela École Normale Supérieure (ENS) em Paris. É professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF)/UNIFAP, tendo sido um dos fundadores do Programa e coordenador por dois anos (2019-2020). Foi Coordenador do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) entre o PPGEF/UNIFAP, o PPGCP/UFPA e o PPGCP/UFMG (2019-2020). Professor do Programme Master (Mestrado) en Anthropologie Sociale pela Université d’État d’Haiti (UEH). Professor Colaborador do Programme de Master 2 en Sociétés et Interculturalités pela Université de Guyane (Guiana Francesa/França). Foi fundador do Programa de Apoio a Migrantes e Refugiados (PAMER). É Assessor e consultor da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP). Foi consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Membro do Comitê Migrações e Deslocamentos da Associação Brasileira de Antropologia. Membro efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da Haitian Studies Association (Estados Unidos), da Caribbean Studies Association (Caribe) e da Latin American Studies Association (LASA). É Pesquisador Associado ao Grupo de Trabalho da CLACSO (2019-2022): GT “Fronteras: movilidades, identidades y comercios?” e ao Grupo de Trabalho (GT) “Covid-19 en América Latina y el Caribe” da Asociación Latino-Americana de Antropología (ALA). Pesquisador associado ao Grupo de pesquisa “(In)movilidades en las Américas y Covid-19” (<https://www.inmovilidadamericas.org>). Membro pesquisador de Projeto CAPES-COFECUB da Cooperação Brasil - França. Foi membro do Juri Concurso Teses e Dissertações da ANPOCS 2020. Tem experiência na área de Antropologia atuando principalmente nos seguintes temas: Diáspora; Mobilidade; Migrações transfronteiriças; Estudos fronteiriços; Estudos caribenhos; Estudos anti-coloniais e pós-coloniais. Desenvolveu pesquisa de campo na Fronteira México e Guatemala (Tapachula), na Fronteira Estados Unidos e México (Tijuana e Acuña), na Tríplice Fronteira Amazônica Peru, Colômbia e Brasil, na Fronteira Amapá e Guiana Francesa, além de investigações desenvolvidas em Paramaribo no Suriname, em Cayenne na Guiana Francesa, na Cidade de México e no Haiti. Nos últimos anos proferiu conferências e palestras na Argentina, no Uruguai, no Chile, na Colômbia, no Haiti, em Cuba, no Brasil, no México, em Portugal, na França, nos Estados Unidos e no Canadá. É revisor e parecerista de 38 revistas nacionais e internacionais, os principais são: HAU: Journal of Ethnographic dos Estados Unidos; Vibrant, Mana, Horizontes Antropológicos, Revista de Estudos Empíricos em Direito, Afro-Ásia, REMHU, Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Revista Dados/UERJ do Brasil; Revista Comparative Migration Studies do Equador; RUNA, Odisea. Revista de Estudios Migratorios, Sociedad y Religión de Argentina; Revista de Estudios Sociales da Colômbia. **(Texto informado pelo autor).** Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4682801116239614>. Último acesso no dia 12 de agosto de 2022.

chamada Biblioteca Negra de Pelotas, que tinha por objetivo reunir acervos bibliográficos sobre negritude e relações raciais no Brasil, mas sobretudo fora do país.

Desde os primeiros semestres da Graduação, e como bolsista de Iniciação Científica, o meu interesse foi despertado pela antropologia, através da disciplina de antropologia filosófica, ministrada pelo professor Osmar Schaefer. Isto foi fundamental para tomar como foco a questão da negritude e das relações raciais, tendo culminado o trabalho de conclusão de curso intitulado “Frantz Fanon – O negro: descolonização e humanização”, trazendo à tona um pensador negro caribenho para analisar as questões anticoloniais numa perspectiva filosófica.

Quando me graduei, fui agraciado com um prêmio. Saliento que a UCPel concede um prêmio, intitulado Dom Antônio Zattera, aos estudantes com excelente desempenho acadêmico durante todo o curso. Consiste em um curso de pós-graduação na mesma Universidade. Foi o que me incentivou a fazer o Mestrado em Política Social. Ademais, tendo em vista que na graduação, havia me identificado com a área da Antropologia, resolvi realizar a seleção para o Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pelotas por ela ter uma linha de pesquisa voltada para os estudos antropológicos. Fui classificado em primeiro lugar. Assim, em março de 2008, iniciei os dois mestrados.

No Mestrado em Ciências Sociais, meu trabalho de pesquisa foi sobre elementos identitários da cultura negra em duas situações territoriais distintas na América Latina para estabelecer as possíveis semelhanças e diferenças entre as culturas negras no Haiti e no Brasil, particularmente no que diz respeito aos aspectos religiosos, ao Vodou e ao Candomblé. Neste programa, fui bolsista da Capes. No Mestrado em Política Social, a investigação tratava da visão perceptiva dos afro-brasileiros sobre as políticas de ações afirmativas na educação superior brasileira.

O período dos mestrados foi cheio de descobertas, através dos eventos acadêmicos conheci mais as pesquisas desenvolvidas no Museu Nacional, tive conhecimento do projeto Haiti elaborado no NUCEC, Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia, coordenado pelo prof. Federico Neiburg, o que me despertou ainda mais interesse para cursar o Doutorado em Antropologia no Museu Nacional/UFRJ.

O período do Doutorado no Museu Nacional me proporcionou uma sólida formação intelectual e antropológica, tendo me possibilitado participar de várias redes de pesquisas e de projetos em escala nacional e internacional, como projetos financiados pela Capes-Cofecub, coordenado por Federico Neiburg, no Brasil, e Benoît de L’Estoile, na França. Foi através desse projeto que em 2013 realizei o Doutorado Sanduíche na École Normale Supérieure

(ENS) e na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris. Participei de vários cursos e oficinas de antropologia sobre migrações, situações coloniais e pós-coloniais e diáspora com professores renomados e também conhecidos na antropologia no Brasil, como Florence Weber, Michel Agier, Alban Bensa, Benoît de L'Estoile, entre outros. A minha ida para a França também foi decisiva para a formulação das questões que desenvolvi na tese sobre o conceito de diáspora a partir da mobilidade das pessoas haitianas que chegaram ao Brasil após o terremoto de 2010 ocorrido no Haiti. Nessa época, houve grandes investimentos do governo federal na ciência e na educação, principalmente nos programas de pós-graduação que me permitiram realizar pesquisas etnográficas em mobilidade de longa duração na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru, de modo especial na cidade de Tabatinga, bem como na Guiana Francesa, no Suriname e no Haiti.

Durante o doutorado, em 2011, coordenei um curso sobre Relações Etnicorraciais na modalidade semipresencial na UFPel e lecionei por dois anos na referida Instituição. Esse curso era voltado para a formação continuada de professores que atuavam nas redes municipais e estaduais do Rio Grande do Sul.

No final do doutorado, o fato de ter conhecido a região das Guianas durante o trabalho de campo me motivou a prestar concurso na Universidade Federal do Amapá (Unifap). Na época, era um lugar privilegiado para as minhas pesquisas. Foi também através dessas redes institucionais que integrei o corpo docente como colaborador do Mestrado em Societé et Interculturalité na Université de Guyane (UG), além de participar de diversos projetos de cooperação internacional.

Estando na Unifap em 2015, junto com alguns colegas, fui cofundador do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF). A temática de fronteira foi escolhida porque, além de ser uma região de fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname, ela nos reunia enquanto pesquisadores. Eu fui coordenador do PPGEF no período que antecedeu a minha posse na UFRGS, em 1 de dezembro de 2020. Para além dessa inserção na docência no Brasil e na Guiana Francesa, em 2018, a convite do coordenador do Programme Master (Mestrado) em Anthropologie Sociale pela Université d'Etat d'Haiti (UEH), passei a fazer parte do seu corpo docente.

Em paralelo com a atuação no ensino e na pesquisa, em dezembro de 2015, criei o PAMER Projeto de Apoio a Migrantes e Refugiados na Universidade Federal do Amapá (Unifap), que teve um papel importante e de referência acadêmica e social na temática migratória no estado do Amapá. O PAMER tinha por objetivo prestar gratuitamente assessoria jurídica, psicológica e social a migrantes, a refugiados e aos solicitantes de refúgio.

Desde dezembro de 2020 sou professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFRGS, coordeno um projeto de pesquisa sobre a mobilidade haitiana neste estado, financiado pela FAPERGS, além de outros projetos e redes de pesquisa e de extensão nos quais colaboro, como o GT Racismo e a Comissão de Ações Afirmativas (CAF) do PPGAS e a representação docente na Comissão de Pós-Graduação (COMPÓS).

**Revista Todavia:** Sabemos que aqui no Brasil são poucas as pessoas negras que conseguem se tornar docentes do ensino superior, principalmente em instituições de maior prestígio, como é o caso da UFRGS. Em sua opinião, o que tornou possível a você conquistar esse espaço? Os obstáculos permanecem após o ingresso?

**Handerson Joseph:** Como sabemos, não são as pessoas negras que não conseguem alcançar essas posições, mas sim as múltiplas barreiras históricas de exclusão racial impostas a elas que as impedem de acessar espaços como o de docência nas universidades brasileiras. Essas barreiras estão mais do que evidenciadas nos Dados do Censo de Educação Superior 2019, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que mostram que no Brasil há mais de 8,6 milhões de pessoas matriculadas em instituições de ensino superior, mas apenas 613 mil se declararam pretas, o que corresponde a pouco mais de 7% do total.

Os dados do Inep (de 2019), baseados em autodeclarações dos professores em exercício nas instituições de ensino superior públicas e privadas, também mostram que 6% dos docentes nas instituições de ensino superior no sul do país se declaram pretos ou pardos. Considerando todas as instituições de ensino superior, 23,6% dos docentes em exercício são pretos ou pardos. Essa disparidade escancara as desigualdades raciais e as assimetrias.

Esses dados deixam claro que há um racismo estrutural na sociedade brasileira, que está presente em todas as esferas da vida social, incluindo o ensino superior, impedindo que pessoas negras ocupem espaços considerados como de prestígio na estratificação social do país. A meu ver, é um racismo escancarado, a ideia de que no Brasil o racismo é camuflado e sutil não passa de um mito, é mais uma crença do racismo à brasileira e o modo de sua operacionalização no mundo social. Várias pesquisas mostram que inúmeras barreiras foram construídas historicamente para impedir que pessoas negras tivessem acesso à educação, como no século XIX, quando houve leis que proibiam as pessoas negras de frequentar o

ensino básico, o que conseqüentemente influenciou radicalmente a exclusão destes nos ensinos médio e superior, bem como na ocupação de espaços de poder e de decisão no país. A ausência de docentes negros e negras no ensino superior deve ser entendida num contexto mais amplo de mais de dois séculos de exclusão, de múltiplas violências provocadas pelo processo de escravatura e de tantas outras injustiças a que as populações negras foram e continuam sendo submetidas.

Diante desse quadro de injustiça social e de exclusão racial, os movimentos sociais, de modo especial o movimento negro, os intelectuais engajados, principalmente negros e negras em prol dos direitos das populações negras, travaram política e intelectualmente lutas árduas para denunciar o racismo estrutural e institucional, as múltiplas barreiras que as impediam e as impedem de acessar espaços, como, por exemplo, o ensino superior, e elaboraram propostas de políticas de equidade racial, como as ações afirmativas.

Nesse sentido, o meu ingresso, assim como o de outras pessoas negras no ensino superior como docentes, seja na UFRGS ou em outras IFES, deve ser entendido nesse quadro de exclusão e também de luta por justiça social e racial. Evidentemente, essa dimensão sociopolítica também é atravessada por tantas outras dimensões que não devem ser sob hipótese nenhuma reduzidas à falácia meritocrática, como, por exemplo, no Haiti. A minha família, de modo especial a minha mãe, sempre me incentivou a estudar, proporcionando-me a melhor educação possível. Aos 5 anos de idade fui matriculado no Petit Séminaire Collège Saint-Martial, uma escola católica de Porto Príncipe, dirigida pela congregação religiosa Saint-Esprit (Spiritains). Ela foi fundada em 1860 em parceria com o Vaticano e possui a biblioteca mais antiga do país. Foi a primeira escola fundada no Haiti após a independência oficial do país em primeiro de janeiro de 1804, tendo se tornado a Primeira República Negra do Mundo. Desde o ensino básico, frequentava regularmente a biblioteca para ler e escrever, pesquisar em enciclopédias e participar de concursos de conhecimentos gerais, literários e poéticos.

Esse incentivo familiar e a base educacional também foram cruciais para trilhar a minha formação intelectual e a trajetória acadêmica no Brasil, como já mencionei. Desde os primeiros semestres da graduação, o meu objetivo era seguir a carreira acadêmica e ser professor universitário, por isso emendei a graduação com o mestrado e o doutorado e, antes de concluí-lo, já havia prestado concurso e passado para o Magistério Superior.

Em 2019, quando tomei a decisão de prestar concurso para a vaga de Teoria Antropológica da UFRGS, já havia completado mais de sete anos de docência no ensino superior em nível de graduação e pós-graduação, e também já integrava várias redes de

pesquisa em escala nacional e internacional, além das publicações em revistas e capítulos de livros publicados em editoras no Brasil, nos Estados Unidos, na França, no Canadá, na Argentina e em Portugal. A meu ver, todas essas experiências individuais e coletivas, sociais e políticas, intelectuais e antirracistas contribuíram para o meu ingresso na IFES.

Evidentemente, para além de algumas mudanças já ocorridas na sociedade brasileira e nas universidades do país, como o ingresso de discentes e docentes negros e negras nas IFES, os obstáculos raciais permanecem. Como procuro mostrar, as desigualdades raciais e o racismo não atingem as pessoas apenas de forma individual, são questões estruturais, então o nosso desafio é contribuir coletivamente para superar as barreiras raciais e o racismo. Portanto, não há como superar os obstáculos raciais de forma individual, tendo em vista que o racismo está enraizado na estrutura social. As lutas antirracistas não dizem respeito apenas às pessoas negras, mas devem ser um compromisso educacional, ético e político de todas as pessoas, independentemente de sua cor/raça, gênero e classe social. Nesse sentido, a universidade e nós, como intelectuais, temos o compromisso de nos engajarmos em prol de uma sociedade mais justa e menos desigual.

**Revista Todavia:** Poderia nos falar um pouco sobre os seus interesses de pesquisa e como você os escolhe? Há relação entre esses temas e a sua trajetória pessoal?

**Handerson Joseph:** Como pode ser observado, pesquiso migração, fronteira, mobilidade, diáspora e as questões raciais e anticoloniais, temáticas estas também constitutivas da minha própria trajetória individual, coletiva, familiar, acadêmica e profissional. Estes temas surgem em diferentes fases da minha trajetória acadêmica e do meu engajamento sociopolítico, emergem a partir das minhas experiências empíricas, levando a sério os meus interlocutores e as minhas interlocutoras, seja no campo das relações raciais, seja no das migrações e das mobilidades, cujas questões não devem ser entendidas apenas no regime epistêmico, mas sobretudo na ordem da construção de um *corpus* de conhecimento que abarca as estruturas sociais com as quais lidamos intelectual, política e socialmente.

A título de ilustração, em 2005, quando ingressei na Universidade, não me conformei com a desigualdade racial na instituição, vim de uma República Negra, todos os meus professores de ensino fundamental e médio eram negros, então estranhei muito que na graduação houvesse apenas uma professora negra na Licenciatura, e não era do curso ao qual estava vinculado. Também éramos poucos estudantes negros, sendo a maioria migrante.

Inquieto com essas desigualdades raciais, iniciei junto com o professor Cortazzo a pesquisa sobre a implicação da Lei 10.639 na formação de professores e estudantes, que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira nos currículos escolares brasileiros. Foi a partir dessa pesquisa que identificamos que a Lei não estava sendo discutida e aplicada com profundidade e decidimos fundar a Biblioteca Negra para contribuir com acervos bibliográficos, com cursos de formação etc.

No doutorado não foi diferente. Em janeiro de 2012, iniciei o trabalho de campo na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru. Inicialmente interessava-me saber como se constituía a chegada dos primeiros haitianos à região para melhor compreender a dinâmica e a lógica da sua mobilidade nessa fronteira. No entanto, durante a imersão no campo, surgiram os usos da palavra diáspora como adjetivo, verbo, substantivo para qualificar pessoas, casas, moedas, objetos, o que contribuiu para a mudança do rumo da pesquisa e dos lugares percorridos para seguir as pessoas e o conceito na Guiana Francesa, no Suriname, no Haiti e no Brasil. Essa experiência mostra que os meus interesses de pesquisa estão intrinsecamente relacionados com as questões que surgem no campo do ponto de vista dos meus interlocutores e nos debates públicos, como o caso da migração haitiana no Brasil nos anos 2011 e 2012, quando decidi tomá-la como foco da tese de doutorado.

Nos meus estudos sobre mobilidade e diáspora entre os haitianos, procuro mostrar que as categorias migrante ou transmigrante como formuladas por alguns estudiosos e pensadoras da migração, não dão conta dessas dinâmicas diaspóricas. Cabe à etnografia da diáspora captar as imbricações do conceito e as diferentes escalas das configurações dessa mobilidade e desses sujeitos, objetos e ações “diaspóricas”.

O que busco apontar nos meus trabalhos também é que não é possível abordar etnograficamente a mobilidade permanecendo o pesquisador e a pesquisadora num único espaço. Por isso, é importante lançar mão de uma perspectiva metodológica que dê conta da exigência do objeto: a etnografia em mobilidade que permite explorar situações múltiplas em espaços sociais diferentes, bem como seguir as pessoas, acompanhando as experiências vividas em mobilidade, descrevendo suas trajetórias. A etnografia em mobilidade rompe radicalmente com a tradição etnográfica clássica do trabalho de campo realizado num único espaço físico e social, em outros termos, desterritorializa o trabalho etnográfico para colocar a ênfase também nas paisagens sociais, nos percursos e nos trajetos para além dos espaços físicos.

**Revista Todavia:** Sabemos que uma das questões que você trabalha é sobre a imigração haitiana. Como você avalia a situação atual desses imigrantes no Brasil? De que modo a xenofobia tem impactado a vida dessas pessoas? Quais as diferenças e as semelhanças entre as relações raciais no Haiti e no Brasil?

**Handerson Joseph:** Quando decidi investigar a migração haitiana no Brasil, imaginei que um conjunto de questões centrais poderia estar relacionado à questão racial e ao preconceito de cor. No entanto, perguntava-me: “Será que esses seriam elementos relevantes na perspectiva dos recém-chegados haitianos? O preconceito de cor seria tão abrangente e tão determinante para os haitianos no Haiti quanto é no Brasil?”.

Por mais que essas questões não fossem o foco da minha pesquisa, não poderia silenciá-las, elas surgiram logo na minha primeira viagem de barco à Tabatinga, quando uma senhora, na rede ao lado da minha, me narrava algumas histórias de racismo sofrido pelos haitianos.

Desde o final do ano de 2014 há registro de vários atos violentos contra haitianos no Brasil. Alguns foram agredidos moral, psicológica e fisicamente, tal como ocorreu num posto de gasolina no Rio Grande do Sul, em 2015. Em agosto de 2015, seis haitianos foram baleados em São Paulo.

Essas experiências chamam a atenção para as situações concretas de discriminação sofrida pelos haitianos no Brasil e elas devem ser entendidas no quadro das políticas restritivas brasileiras existentes desde a virada do século XIX para o XX, no que tange ao embranquecimento da população brasileira.

Para além da relevância da migração haitiana no Brasil para pensar as questões raciais, por serem migrantes originários de uma República Negra que realizou uma das revoluções mais importantes na historiografia mundial, a chegada dos haitianos ao país foi crucial no debate sobre os direitos humanos e a cidadania nos processos migratórios no Brasil, como, por exemplo, em 2014, quando foi realizada a I Conferência sobre Migração e Refúgio (COMIGRAR), que contou com a participação de representantes governamentais, da sociedade civil e principalmente das pessoas migrantes e refugiadas, tendo provocado debates extremamente importantes que contribuíram para a Nova Lei de Migração no país, que foi sancionada em 2017, alterando o Estatuto de Estrangeiro criado desde a década de 1980, durante a ditadura no país.

No que tange às diferenças e semelhanças das questões raciais no Haiti e no Brasil, são diversos os processos históricos pelos quais passaram os dois Estados nacionais. O Brasil

e o Haiti são nações formadas e orientadas por um forte fundamento de matriz africana, oriundo de seu passado colonial, até hoje afetando profundamente as bases socioculturais, econômicas e políticas dessas nações. No entanto, é preciso observar as semelhanças e as diferenças na cultura dos dois países, desde a basilar diferença do tipo de rompimento colonial até a conseqüente estruturação do Estado nacional.

Em muitas sociedades da América Latina, a contribuição negra foi fundamental desde a sua vinda até o trabalho como escravizado nessas regiões. Entretanto, é difícil reconhecer limites e possibilidades em tais contribuições em muitos países ou naqueles com grande afluência de elementos negros que constituem parte importante de sua população, como é o caso do Brasil, porque eles sempre estiveram submetidos a outra cultura, de forte influência europeia, mesmo após o fim do período colonial. O Haiti foi a única exceção a esta regra, o único país em que, a partir de uma Revolução Negra, os próprios negros puderam montar uma sociedade com raízes fortemente negras. Assim, em alguns domínios, puderam florescer outros padrões religiosos, culturais, linguísticos, com maior influência das heranças africanas do que nos demais países latino-americanos. O Haiti é o único país nas Américas onde há uma língua e uma religião oficial de matriz africana, ambas reconhecidas pela Constituição. No caso brasileiro, tais possibilidades foram sufocadas por diversas razões coloniais, geográficas, políticas, econômicas etc.

Por exemplo, hoje, se para muitos afro-brasileiros, a questão é obter uma função de destaque no país, ou seja, ocupar um cargo de prestígio como algo normal por ser cidadão brasileiro com direitos, no Haiti, a questão central está em se é possível conseguir um emprego e conservá-lo. Isto é devido, de um lado, à instabilidade do poder público, ao fato de o país não ter uma base democrática ao elaborar concursos para os serviços públicos e alguns serviços privados, como no Brasil, de outro, à decadência que sofre a economia e a política haitiana atualmente.

As estatísticas oficiais sobre o desemprego e a participação da mão de obra nos dois países tornam-se difíceis de comparar, porque não são compiladas segundo os mesmos padrões, e as cifras oficiais brasileiras reduzem acentuadamente os dados informados sobre a taxa real de desemprego. Entretanto, mesmo guardando este fato em mente, certas condições estruturais convergentes levam a um interessante conjunto de semelhanças entre Haiti e Brasil: a representação significativa das culturas africanas nas Américas no que tange à religião, à música, à dança, à língua, à alimentação, ao nosso ser-no-mundo latino-americano e, principalmente às lutas anticoloniais.

Além de tudo, na periodização da política negra moderna, é necessária uma nova reflexão sobre a importância do Haiti e sua revolução para desenvolver o pensamento político afro-americano e os movimentos de resistência. Devemos lembrar que tal conjuntura (estamos falando da Revolução Haitiana, como desconstrução dos ideais da Revolução Francesa e tentativa de aplicação da Declaração dos Direitos do Ser Humano) marcou o edifício da euromodernidade de forma muito mais profunda do que se tem reconhecido.

Refletir sobre a reação haitiana significa resgatar a positividade cultural afro, sua presença na formação da cultura brasileira. Logo, refletir sobre as culturas de matriz africana é considerar as lógicas simbólicas construídas ao longo da história por vários grupos étnicos socioculturais específicos, como as pessoas negras no Brasil.